

CONAMP INFORMA

Boletim Mensal de Notícias

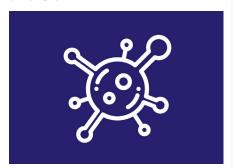
Ano VII - Número 56 - abril de 2020



Pág. 02

CORONAVÍRUS

CONAMP participa do debate sobre a uniformização de medidas de combate à propagação do coronavírus no MP



Pág. 09

MOBILIZAÇÃO

CONAMP se mobiliza nas redes com a ação: #OMinistérioPúblicoNãoPara



Pág. 10

PARLAMENTO

Mobilização contra a redução de salários



Pág. 12

Manoel Murrieta é empossado presidente da CONAMP



No dia 11 de março, o promotor de Justiça Manoel Murrieta foi empossado presidente da CONAMP, biênio 2020/2022. No discurso de posse, ele afirmou que "ser membro do Ministério Público exige: coragem, denodo, bom senso, vigor, entusiasmo e temperança. Essas qualidades nunca foram tão exigidas por que cresce verdadeiro movimento de incompreensão com a nossa atuação. Vivemos a cruzada de estarmos sendo punidos pelos acertos de nosso trabalho."

Murrieta disse que, apesar das diversas proposições e ini-

ciativas que atacam prerrogativas e garantias de Procuradores e Promotores de Justiça, "o diálogo em busca de construção positiva será uma constante desta diretoria. A luta e altivez

serão o caminho único em respeito à memória daqueles que escrevem a arte de ser membro do Ministério Público brasileiro."

O presidente da CONAMP reforçou compromisso pelo



aperfeiçoamento e fortalecimento do sistema acusatório e pelo combate ao crime organizado. Ele ainda declarou atuação firme contra a desestruturação das carreiras do MP e apoio ao combate da violência contra a mulher, "bem como [retribuição] de todo o empenho dos membros do Ministério Público hoje aposentados e, sobretudo, levar à sociedade a apresentação de todo o trabalho árduo que é desenvolvido por Promotores e Procuradores de Justiça."

Por sua vez, o ex-presidente da CONAMP Victor Hugo Azevedo agradeceu ao apoio que recebeu durante sua gestão desejou sucesso à nova diretoria empossada. "Nosso maior desafio continua sendo impedir que o Estado Brasileiro claudique na guerra contra a corrupção, prática especializada em solapar as riquezas e a dignidade do nosso povo", disse.

O Ministro Mauro Campbell do Superior Tribunal de Justiça; o ex-coordenador da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) e o Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Ângelo Fabiano Farias da Costa: o Governador do Estado do Pará, Helder Barbalho; e o Subprocurador-Geral da República Carlos Alberto Vilhena Coelho também discursaram na cerimônia de posse.















Homenagens

Durante a solenidade realizada em Brasília, houve condecoração da Medalha da Ordem do Mérito da CONAMP. A comenda foi entregue ao Ministro Mauro Campbell e à Procuradora-Geral de Justiça da Bahia Norma Cavalcanti.

A Medalha da Ordem do Mérito da CONAMP foi instituída pela Resolução nº 01 de 2001 para homenagear pessoas ou entidades que tenham prestado relevantes serviços ao Ministério Público. Os agraciados são considerados Membros Honorários da CONAMP e integram quadro especial de associados.

Ocorreu ainda homenagem à Marcia Cristina Leão Murrieta, esposa do atual presidente da CONAMP. Ele recebeu de Ana Cristina Menezes de Azevedo um buquê de rosas. Ana Cristina é esposa do ex-presidente da CONAMP Victor Hugo Azevedo.



Posse Frentas

Além de ser empossado como presidente da CONAMP, Manoel Murrieta também tomou posse



como coordenador da Frentas. Ele substitui Ângelo Fabiano, presidente da ANPT. A Frentas congrega entidades nacionais do MP e da Magistratura para reunir esforços em pautas comuns, como o fortalecimento das carreiras.

"A FRENTAS vive rotina de lutas para evitar a desestruturação das magistraturas. É forçoso reconhecer que não há como o País buscar crescimento e evolução sem um sistema de Justiça fortalecido e eficiente. Não deixaremos de cumprir nosso papel de esclarecer à sociedade sobre os riscos e ameaças que se apresentam e de defesa das prerrogativas das Magistraturas para bem desempenharem missão constitucional", declarou Murrieta.

Ao lado de Manoel Murrieta e Victor Hugo Azevedo, a mesa de honra contou as presenças do Subprocurador-Geral da República Carlos Alberto Vilhena Coelho; do Senador Paulo Albuquerque; do Deputado João Campos; da Ministra Assusete Magalhães e do Ministro Mauro Campbell do Superior Tribunal de Justiça; do Ministro Péricles Aurélio do Superior Tribunal Militar: do Ministro Aposentado do Supremo Tribunal Federal Ayres Britto; do Governador do Estado do Pará, Helder Barbalho; do Governador do Estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel; do Presidente do Tribunal de Justiça do Pará, Leonardo Noronha; do Corregedor Nacional do Ministério Público, Rinaldo Reis; do Ouvidor Nacional do Ministério Público, Oswaldo D'Albuquerque; do Corregedor Nacional de Justiça, Humberto Martins; da Conselheira



Ivana Farina do Conselho Nacional de Justiça; do Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, Paulo Passos; do Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Ângelo Fabiano Farias da Costa; do Presidente da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Trajano Melo; do Presidente

da Associação Nacional do Ministério Público Militar, Antonio Duarte; do General Jeannot Jansen da Silva Filho; da Secretária de Estado do Rio Grande do Sul Ana Amélia; da Presidente do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, Tereza Cristina Maldonado; do Presidente do Conselho

Nacional dos Ouvidores do Ministério Público, Jayme Henrique Ferreira; e dos ex-presidentes da CONAMP Norma Cavalcanti; César Nader Mattar Jr.; José Carlos Cosenzo; João de Deus; Marfan Martins Vieira, Achiles Siquara; e Milton Riquelme.

























Confira a íntegra da nova diretoria, conselho fiscal e diretorias regionais:

DIRETORIA



Manoel Victor Sereni Murrieta e Tavares (PA) **Presidente**



Tarcísio José Sousa Bonfim (MA) 1'°-Vice-Presidente



Paulo Penteado Teixeira Júnior (SP) 2º Vice-Presidente



Romão Ávila Milhan Júnior (MS) Secretário-Geral



José Silvério Perdigão de Oliveira (MG) **Tesoureiro**

CONSELHO FISCAL



Lauro Tavares da Silva (AM) **Presidente**



Marcos Antônio Matos de Carvalho (PE) **Vice-Presidente**



Enéias Xavier Gomes (MG) **Secretário**



Roberto Aparecido Turin (MT) **Membro**



Marcelo Gomes Silva (SC) **Membro**

DIRETORES REGIONAIS



Luciano Casaroti (TO)
Norte



Márcio Gondim (PB) **Nordeste**



José Carlos Nery (GO) Centro-Oeste



Pedro Ivo (ES)
Sudeste



Martha Beltrame (RS) **Sul**

CONAMP participa do debate sobre a uniformização de medidas de combate à propagação do coronavírus no MP brasileiro

O início do mandato na nova diretoria foi marcado pelo início das medidas de isolamento e distanciamento social – ações importantes no combate à pandemia de COVID-19. O novo contexto exigiu uma nova configuração da atuação da CONAMP, afiliadas, Procuradores e Promotores de Justiça de todo o País. O trabalho remoto (preferencialmente) se tornou a nova realidade.

A entidade enviou ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) pedido de resolução para dispensar a presença de Procuradores e Promotores de Justiça em audiências de custódia, sessões de júri e audiências, inclusive de réus presos. Ainda, em conjunto com AMP-DFT, ANMPM, ANPR e ANPT, a entidade ingressou com pedido de suspensão do atendimento presencial de partes, advogados e interessados, que deverá ser realizado remotamente, pelos

meios tecnológicos disponíveis, mantendo-se o atendimento ao público apenas nos casos de perecimento do direito e risco à vida e à saúde, situações em que será permitido acesso às unidades do Ministério Público, dentre outras.

No dia 26 de março, o conselheiro Otavio Luiz Rodrigues Jr deferiu liminar determinando a uniformização das medidas de prevenção ao coronavírus em todos os ramos do Ministério Público brasileiro, visando a resguardar a saúde dos colaboradores e a evitar o contágio e a disseminação da doença. A decisão foi tomada na análise do pedido de providências formulado pela CONAMP e demais associações do MP.

Fundamentada a urgência, tendo em vista a situação de emergência declarada pela Organização Mundial da Saúde, o conselheiro determinou que,

até que seja julgado o mérito ou aprovado normativo geral, os ramos do Ministério Público devem observar uma série de medidas, como a suspensão de atos que exijam a presença física de membros e servidores do Ministério Público, nos limites fixados pelos atos normativos de cada ramo, sem prejuízo da realização por videoconferência ou por outros instrumentos; a restrição de ingresso nas dependências das unidades do Ministério Público, salvo para membros, servidores, estagiários e terceirizados, que não estiverem em regime de teletrabalho; e o atendimento ao público apenas nos casos de perecimento do direito e risco à vida e à saúde, situações em que será permitido acesso às unidades do Ministério Público, observadas as peculiaridades locais.

> Clique aqui e confira a íntegra da decisão

ATUAÇÃO

Com o rápido avanço das medidas de fechamento de fronteiras dos países, diversos brasileiros, incluindo membros do Ministério Público, enfrentaram situações difíceis de supressão de direitos básicos do cidadão. A CONAMP enviou ofício as embaixadas do Brasil no México, Peru e Portugal solicitando ações urgentes de resgate dessas pessoas. Muitos já conseguiram retornar ao Brasil.



Nas redes sociais, a CONAMP se uniu ao mote do momento: #OMinistérioPúblicoNãoPara. Procuradores e Promotores de Justiça estão compartilhando vídeos com relatos de como a atuação se mantém intensa: o Ministério Público não para de defender a democracia e os interesses da sociedade ainda que remotamente.

Existem diversas formas de participar do movimento. Você pode fazer posts nas redes sociais e utilizar a hashtag #OMinistérioPúblicoNãoPara. Outra possibilidade é aplicar o tema em sua foto de perfil do Facebook. Mas o formato de maior impacto é vídeo! Grave um relato sobre as medidas que estão sendo tomadas pelo Ministério Público do seu Estado. Aproveite o espaço para destacar a importância essencial do MP também neste novo cenário de combate à COVID-19. Você pode postar nas suas redes sociais com a hastag #OMinistérioPúblicoNãoPara e também enviar o material para ser postado nos canais oficiais da associação estadual e da CONAMP.

Participe! Juntos conseguiremos reforçar a nossa voz e esclarecer a todos que o Ministério Público continua atuante apesar da crise.







Mostre seu apoio ao Ministério Público!



Saiba como personalizar a sua foto de perfil do Facebook



Pesquisar

Clique em adicionar tema

Manoel Murrieta

Adicionar tema

Gravar um novo vídeo do perfil



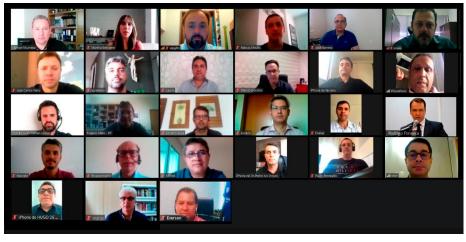
Mobilização contra a redução de salários

As consequências econômicas das medidas de isolamento e distanciamento social preocupam a todos. O contexto instigou um novo ataque aos servidores públicos: muito se discutiu sobre a possiblidade de redução dos vencimentos/subsídios como solução à crise econômica.

A CONAMP, afiliadas e parceiras, apesar do trabalho remoto, mantiveram a articulação e mobilização em defesa dos direitos, garantias, interesses e prerrogativas de Procuradores e Promotores de Justiça, bem como de todos os servidores em geral. Na atuação com a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), foi consolidado um grupo com mais 100 associações representativas do serviço público alinhadas contra a redução. A força da voz deste coletivo conseguiu demonstrar que a possiblidade de redução, além de inconstitucional, não é uma solução eficiente e resultaria apenas em uma maior fragilização da economia brasileira. No dia 28 de março,



Reunião por videoconferência da Frentas



Reunião por videoconferência do conselho deliberativo da CONAMP

em videoconferência aberta, o Ministro Paulo Guedes confirmou esta mesma perspectiva e descartou qualquer proposta de redução.

Uma nova ameaça surgiu na votação das emendas aditivas à PEC do Orçamento de Guerra. Novamente estava em discussão a relativização do princípio constitucional da irredutibilidade e consequente redução de 26% a 50% dos subsídios

Por meio da capacidade de articulação conjunta das entidades de classe do Ministério Público, da Magistratura e do serviço público em geral, ficou demonstrado o desdobramento desastroso da medida. Irmanadas pelo mesmo objetivo de defesa das carreiras públicas, as entidades de classe consolidaram mais este importante passo no resguardo da carreira do serviço público e de sua importância para a higidez da economia

já tão combalida nesse momento de crise.

Atualmente а **CONAMP** monitora, em especial o Plano Mansueto (PLP 149/2019), que estabelece uma série de medidas para o equilíbrio fiscal dos estados. A entidade pede que sejam feitas mudanças já que no texto persistem dispositivos que "em nada fortalece o princípio federativo, ao contrário, enfraquece-o, além de ultrapassar os limites estabelecidos pela Constituição. De outra parte, [...] constitui interferência indevida na organização do Ministério Público e demais carreiras de Estado com similitude estrutural", como afirma a nota técnica elaborada pela CONAMP.

Apesar do trabalho remoto, a CONAMP mantém ininterrupta a ação vigilante pelas prerrogativas e garantias de Procuradores e Promotores de Justiça PGR convida CONAMP para o Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia do Covid-19 Alagoas: CONAMP defende veto a emendas estaduais que ferem autonomia do MP



Leia mais



Leia mais

Entidades nacionais defendem revisão de novo afastamento de procurador de Contas

CCJ aprova três indicados para o Conselho Nacional do Ministério Público



Leia mais



Leia mais



Presidente da CONAMP recebe PGT em visita de cortesia



Leia mais

Presidente da CONAMP participa de posse da nova diretoria da Associação do MP do Amapá



Leia mais

No Piauí, Hugo Cardoso é reconduzido à presidência da associação

CONAMP e entidades da Frentas reúnem-se na PGR



Leia mais



Leia mais

NOTA PÚBLICA

Entidades criticam Projeto de Lei que cria novo comitê nacional para prevenir ou terminar litígios durante o enfrentamento ao coronavírus

Adiado por tempo indeterminado o 3º Congresso do Ministério Público da Região Norte Adiado o XIX Torneio Nacional de Futebol do Ministério Público





Leia mais

Leia mais

PEC do trânsito em julgado da decisão em segunda instância é tema de audiência pública







Leia mais

Leia mais



Um movimento da **CONAMP** em defesa da democracia

Perguntas ou comentários? Envie um e-mail para imprensa@conamp.org.br ou ligue para 61.3314-1356









